

Clipping-Diário

Veículo
Gazeta de Alagoas

Data
Quinta-feira, 24 de maio de 2018.

Congresso reúne juízes de todo o País em Maceió

EVENTO TEM COMO TEMA CENTRAL A RELAÇÃO ENTRE JUDICIÁRIO E POLÍTICA

NIVIANE RODRIGUES
REPÓRTER

Alagoas sedia, a partir desta quinta-feira (24) e até o sábado (26), o XXIII Congresso Brasileiro de Magistrados, promovido pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), em parceria com a Associação Alagoana dos Magistrados (Almagis). O tema central é “A politização do Judiciário ou a judicialização da política?”.

O evento reunirá palestrantes de destaque no cenário jurídico e contará com a presença de juizes, desembargadores e ministros de Tribunais Superiores. O vice-presidente do Supremo do Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, fará conferência de abertura do congresso, às 19h de hoje, no Centro de Convenções e de Exposições Ruth Cardoso, em Jaruaguá.

O congresso, realizado

a cada três anos, é o maior evento da magistratura brasileira, considerada de fundamental importância científica. Na tarde de ontem, os presidentes da AMB, Jayme de Oliveira, e da Almagis, Ney Alcântara reuniram a imprensa, na sede da Almagis, numa entrevista coletiva para falar sobre o evento e as deliberações que dele devem sair. Segundo Jayme de Oliveira houve unanimidade em trazer o congresso para Alagoas.

“O tema que nós escolhemos ocorreu por essa percepção que de 1988 [promulgação da Constituição Federal] para cá nós tivemos um aumento da demanda no Judiciário. Praticamente tudo está sendo levado para o Judiciário, inclusive a política, que também está sendo decidida no Judiciário. Temos visto as decisões do Supremo. Não é só. Todas as questões que en-

volvem desde família, infância, hoje são judicializadas. Não por acaso o Brasil está com 120 milhões de processos”, destacou Jayme de Oliveira.

O presidente da AMB declara ainda que se for fazer uma média “o Brasil está litigando, porque com 200 milhões de habitantes nós temos 120 milhões de processos, considerando que cada processo tem no mínimo duas partes, podemos dizer que temos um alto teor de litigiosidade no País e aí a ideia de construir um debate amplo”, afirmou.

QUESTÕES NACIONAIS

O presidente da Almagis, Ney Alcântara, informou que o evento reunirá 1.200 pessoas e disse que um dos motivos de Alagoas ter aceitado sediar um encontro de tamanha proporção “é trazer para o Estado o foco dessa discussão. É fomentar a nossa econo-



RICARDO LÉDO

Presidentes da AMB e da Almagis destacam o elevado número de processos

mia. Hoje nós sabemos que Alagoas vive muito de turismo e é uma forma que a gente tem de ajudar o nosso Estado”, afirmou.

O dirigente da Almagis disse ainda que a “AMB tem mais de 16 mil associados, é a maior associação de juizes do mundo. Então, esse congresso não é apenas para se discutir questão da magistratura. É para discutir questões do nosso País. Questões que nós estamos passando hoje e que vamos ter consequências amanhã”, declarou o magistrado.

CONSCIENTIZAÇÃO

Questionado pela *Gazeta* sobre declaração da presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cármen Lúcia, na última segunda-feira (21), em palestra para alunos do Centro Universitário de Brasília (UniCeub), de que o Brasil tem boas leis, como as de combate à corrupção e à violência contra a mulher, mas “dificuldade para cumpri-las”, Ney Alcântara respondeu que o Poder Judiciário cresceu porque depois da Constituição de 1988 houve uma grande conscientização popular.

“Nós vivíamos amarrados, não somente fisicamente, mas também intelectualmente. Ninguém brigava por seus direitos. Uma empregada doméstica, por exemplo, jamais ia à Justiça buscar seus direitos. Hoje a gente tem uma demanda popular muito grande. Isso em respeito da nossa democracia, da reforma que tivemos em 1988, que foi a nossa Constituinte. O cidadão hoje confia e respeita o Poder Judiciário, que está assoberbado porque é eficiente”, disse.

Ney Alcântara disse ainda que a demora para dar respostas, que é natural, segundo ele, pode ser avaliada fazendo-se “um contraponto. A própria Constituição, o Código de Processo, me dão o direito ao contraditório. Se nós decidíssemos de pronto, seríamos ditadores, porque tem que ouvir todas as partes e isso leva tempo. E temos varas aqui em Alagoas com 200 mil processos, com um juiz só. Então a gente precisa trabalhar com o Poder Executivo, com o Judiciário, porque isso não é culpa só do Judiciário. É culpa do conjunto”, declarou, ao afirmar que é preciso estruturar o Judiciário.

Clipping-Diário

Veículo
Gazeta de Alagoas

Data
Quinta-feira, 24 de maio de 2018.

Movimentos populares reclamam do Judiciário

Enquanto juristas renomados, desembargadores, presidentes de tribunais superiores se reúnem para debater questões que passam principalmente pelas dificuldades que declaram enfrentar no dia a dia da magistratura, movimentos populares, organizações sociais, sindicatos e redes de defesa dos direitos humanos realizam, nesta quinta e sexta-feira, uma série de atividades em Maceió sobre a relação entre justiça e direitos humanos. Fazem o questionamento contrário ao que vão debater os juízes e reivindicam um Judiciário democrático, bem diferente do que é pregado por quem comanda entidades de magistrados.

É um contraponto ao Congresso da Associação Brasileira dos Magistrados (AMB), e tem como lema "A justiça que queremos!". Hoje, às 9h, os organizadores concedem uma coletiva no Sindicato dos Jornalistas de Alagoas (Sindjornal). Às 14h, haverá ato público no calçadão do comércio, em frente ao antigo Produban, no Centro. "A sociedade fala que Justiça temos e queremos. É um ato de diálogo dos movimentos e sindicatos com a população", informam as lideranças do movimento.

A programação segue às

19h, com o debate sobre "Judiciário e ameaças à democracia", lançamento de pesquisa "Porteiro ou guarda? O Supremo Tribunal Federal na agenda política das organizações de direito".

Em material informativo encaminhado à imprensa, os organizadores, entre eles a Central Única dos Trabalhadores (CUT/AL), afirmam que: "Embora o anúncio do Congresso seja da presença de 'significativos nomes do Direito, do Poder Judiciário e da sociedade civil', como consta no site institucional do congresso [da AMB], a atividade conta com, quase exclusivamente, a participação de parlamentares de partidos conservadores, representantes de setores econômicos e juristas", afirmam, ao declararem que o congresso da AMB é patrocinado pelo governo federal, instituições financeiras públicas, como a Caixa Econômica, associações do comércio e empresas, entre elas uma "corporação do setor de saúde que responde por diversas ações judiciais e é financiadora de campanhas eleitorais".

Citam ainda os organizadores o que chamam de "abusos cometidos pelo Judiciário" e citam "a influência indevida de

empresas no sistema de Justiça e a violação ao princípio de independência do Judiciário brasileiro, que tem sido objeto de denúncia de organizações de defesa de democratização da Justiça".

AUXÍLIO-MORADIA

Tratam ainda da constitucionalidade do auxílio-moradia para integrantes

das carreiras da magistratura e do Ministério Público. O benefício é de até R\$ 4.377 mil por mês. "Contrasta com a piora dos índices sociais da população no último ano.

De acordo com a Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado, apenas para o ano de 2017 foram gastos R\$ 817 milhões com auxílio-moradia para 17 mil juízes. Com o mesmo valor e para o mesmo período seria possível atender a 113 mil pessoas com o aluguel social", informam as or-

ganizações.

Enquanto isso, lembram que "o atendimento às famílias de baixa renda de Alagoas também foi recentemente negado pelo sistema de justiça. Em São Sebastião, a 100 quilômetros da capital, o Tribunal de Justiça do Estado e a Procuradoria do município, em concordância com a Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária de São Sebastião, negaram o pedido de auxílio moradia no valor de R\$ 250 a 50 famílias". NR.

Página A5